



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

MES
TRA
DOS
DIREITO
2019 | 2020

CATÓLICA
GOV

ADMINISTRATIVO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA
AMBIENTE, URBANISMO E ENERGIA

PARCEIRO

Sérvulo

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL



ADMINISTRATIVO

O Direito Administrativo geral tem conhecido uma profunda mudança, motivada pelas alterações significativas aos principais diplomas enquadradores - como o CPA, o CPTA e o CCP -, reclamando da Universidade e dos práticos a atenção a institutos novos ou a revisitação de temas clássicos do Direito Administrativo, seja na matéria dos princípios, do procedimento administrativo, das formas de atuação administrativa ou da contratação pública. Por isso, o Mestrado em Direito Administrativo apresenta-se, cada ano, como um mestrado renovado.

/ RUI MEDEIROS

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Doutorado em 1999 e com Agregação em 2016. Sócio da Sociedade de Advogados Sérvulo & Associados. Membro do Grupo Europeu de Direito Público. Presidente do grupo de trabalho incumbido da preparação do anteprojeto do Código dos Contratos Públicos. Tem colaborado na elaboração de diversos diplomas legislativos, com destaque para a lei da responsabilidade civil dos poderes públicos, a lei da água, a reforma do PEAASAR (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas) e a revisão do estatuto político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Saídas Profissionais

- / Advocacia no domínio do direito administrativo
- / Carreiras superiores da administração pública
- / Assessoria à administração de empresas
- / Assessoria em empresas públicas ou em empresas com relações com a administração pública
- / Magistraturas

Destinatários

Licenciados em Direito, tanto recém-licenciados como juristas já em fase de afirmação profissional na advocacia, na administração e nas magistraturas.

Coordenador



Características

SÓLIDA FORMAÇÃO DE BASE

Através de cinco disciplinas de base, os alunos aprofundarão a sua formação nas áreas centrais do Direito Administrativo geral que a atividade profissional nesta área exige.

MÉTODO DE ENSINO PERSONALIZADO

Através de um número limitado de alunos, criamos uma relação de proximidade entre o corpo docente e discente, concretizando a aposta num método de ensino que cultiva a discussão e a participação efetiva dos mestrandos.

O Mestrado recusa o modelo de aulas magistrais, em auditório, e adota um modelo de “mesa-redonda”, em que todos são chamados a colaborar na discussão, que não prescinde do conhecimento e olhar crítico da jurisprudência dos tribunais administrativos.

Unidades curriculares de Contratação Pública, Ambiente, Urbanismo e Energia

Possibilidade de aprofundar a formação geral em domínios fundamentais do Direito Administrativo especial: Contratação Pública, Ambiente, Urbanismo e Energia.



**ANDRÉ SALGADO
DE MATOS**

/ Docente do Mestrado

Ao contrário do que poderia pensar-se, a importância do Direito Administrativo não só não diminuiu como tende a aumentar no atual contexto económico, social e político. Independentemente das opções de fundo acerca do papel do Estado, a presença do Direito Administrativo deteta-se hoje mesmo nos sectores da ordem jurídica que tradicionalmente lhe estavam imunes. A necessidade de uma sólida formação jurídico-administrativa faz-se, portanto, sentir mais que nunca. Em particular, a mutabilidade conjuntural intrínseca do Direito Administrativo revela-se com clareza nestes tempos de mudança acelerada, com extensas revisões legislativas recentes ou próximas em sectores-chave da ordem jurídica administrativa, como os do procedimento e do processo administrativos, do regime substantivo das formas de atuação administrativa e da contratação pública. Mais que ter conhecimentos de Direito Administrativo é, assim, preciso aprofundá-los em permanência, designadamente mediante graus académicos que permitam adquirir fatores de diferenciação académica e profissional. Para isto é imprescindível a qualidade e a credibilidade dos ciclos de estudos no meio universitário e no mercado de trabalho. E, nestes aspetos, o Mestrado em Direito Administrativo da Católica, que foi agora novamente revisto de modo a adequar-se às expectativas mais exigentes, é praticamente impossível de ultrapassar.

ADMINISTRATIVO



Estrutura ⁽¹⁾

PARTE LETIVA 1º E 2º SEMESTRES [60 ECTS]:

Início setembro de 2019 | Fim julho de 2020

ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DO TRABALHO FINAL 3º SEMESTRE [35 ECTS]

Entrega do trabalho final até 31 de março de 2021 | Discussão em Provas Públicas data a definir

Programa ⁽²⁾ Havendo vagas e compatibilidade de horários, pode optar-se por disciplinas de outros programas de Mestrado em Direito da Católica, até um total de 18 ECTS.

1º SEMESTRE

Princípios Fundamentais de Direito Administrativo | 6 ECTS André Salgado de Matos

Formas de Atuação Administrativa | 6 ECTS Luís Sousa da Fábrica

Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos | 6 ECTS Rui Medeiros

Direito Administrativo Empresarial | 6 ECTS Margarida Olazabal Cabral

Mérito, Legalidade e Controlo da Proporcionalidade da Atividade Administrativa | 3 ECTS Tiago Macieirinha

Administrações Públicas Nacionais e Direito da União Europeia | 3 ECTS Patrícia Fragoso Martins

UNIDADE CURRICULAR DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Formação dos Contratos Públicos | 6 ECTS João Amaral e Almeida

2º SEMESTRE

Procedimento Administrativo | 6 ECTS Filipa Urbano Calvão
Tiago Macieirinha

Questões Fundamentais do Direito Processual Administrativo | 6 ECTS Mário Aroso de Almeida

Direito da Proteção de Dados | 3 ECTS Filipa Urbano Calvão

Arbitragem Administrativa | 3 ECTS Marta Portocarrero

UNIDADES CURRICULARES DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Invalidez Contratual e Pré-Contratual | 6 ECTS Luís Sousa da Fábrica

Execução e Modificação dos Contratos | 6 ECTS Vera Eiró

UNIDADES CURRICULARES DE AMBIENTE, URBANISMO E ENERGIA

Direito da Energia | 6 ECTS Lino Torgal e Rui de Oliveira Neves

Direito do Urbanismo | 6 ECTS André Salgado de Matos

Direito do Ambiente | 6 ECTS Armando Rocha

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA GERAL

Metodologia da Investigação Jurídica | 3 ECTS Rui Pinto Duarte

DISCIPLINA OPTATIVA GERAL

Estratégia e Retórica Forense | 3 ECTS Rogério Alves

(1) É possível a abertura da parte letiva em fevereiro de 2020 dependendo da disponibilidade de vagas.
(2) O programa apresentado poderá sofrer alterações que serão oportunamente indicadas em: www.fci.lisboa.ucp.pt

Corpo Docente

/ ANDRÉ SALGADO DE MATOS

Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultor da Campos Ferreira, Sá Carneiro e Associados.

/ ARMANDO ROCHA

Vice-Diretor da Católica Global School of Law e Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

/ FILIPA URBANO CALVÃO

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

/ JOÃO AMARAL E ALMEIDA

Sócio da Sérvulo & Associados. Membro do Grupo de Trabalho que elaborou o Código dos Contratos Públicos.

/ LINO TORGAL

Sócio da Garrigues.

/ LUÍS SOUSA DA FÁBRICA

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultor da Abreu Advogados.

/ MARGARIDA OLAZABAL CABRAL

Sócia da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.

/ MÁRIO AROSO DE ALMEIDA

Diretor Nacional e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

/ MARTA PORTOCARRERO

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

/ PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultora da Campos Ferreira, Sá Carneiro e Associados.

/ RUI DE OLIVEIRA NEVES

Diretor Geral da Galp Energia.

/ RUI MEDEIROS

COORDENADOR

/ RUI PINTO DUARTE

Professor Catedrático Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Sócio da Rui Pinto Duarte & Associados.

/ TIAGO MACIEIRINHA

Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

/ VERA EIRÓ

Doutora em Direito. Advogada da Linklaters.

Sendo o Direito Administrativo uma área de atividade que exige uma constante interdisciplinaridade dos conhecimentos, efetivamente este constata-se como o programa que dará melhor resposta às necessidades de qualquer jurista. Tratando-se, talvez, da única Faculdade do país que dá a possibilidade de os alunos se especializarem neste quadro de ensino de proximidade e aulas em “mesa redonda”, torna a aprendizagem ainda mais estimulante, fazendo com que as matérias sejam abordadas numa perspetiva teórico-prática, ao invés da tradicional aula de auditório. É, assim, o verdadeiro chamariz para pessoas como eu, que consideram que a prática é a melhor mais-valia que poderemos ter, principalmente num ambiente competitivo como é o mercado de trabalho jurídico.



DIANA FERREIRA VEIGAS

/ Licenciada em Direito pela Universidade Nova de Lisboa

ADMINISTRATIVO

Parceiro



JOÃO AMARAL E ALMEIDA

/ Sócio da Sérvulo & Associados

A Sérvulo & Associados assume como marca genética e identitária, claramente diferenciadora da sua posição no mercado da advocacia, uma forte ligação à Academia. Na verdade, a nossa convicção – e a nossa experiência – é a de que só um sólido conhecimento teórico potencia uma assessoria jurídica de excelência, num mercado de advocacia crescentemente complexo, competitivo e global.

A continuação do apoio a este renovado Mestrado, que concilia uma importante vertente teórica e uma relevante dimensão prática, é expressão desta convicção e contribui para dotar os participantes nestes cursos de competências especializadas, indispensáveis a uma carreira profissional bem sucedida.

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

MES
TRA
DOS DIREITO
2019 | 2020

Concluída a Licenciatura em Direito na Escola do Porto da Faculdade de Direito da UCP, decidi optar por um Mestrado naquela que foi, ao longo do curso, a minha área de preferência: o Direito Administrativo.

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP foi para mim a escolha óbvia ao analisar o respetivo programa curricular num equilíbrio perfeito entre a vertente teórica e a prática, com o aprofundamento de temáticas abordadas na Licenciatura agora já numa dimensão marcadamente prática, perspetivando o ingresso na vida profissional. Atualmente a frequentar o segundo semestre do Mestrado, o balanço é claramente positivo, tanto pela qualidade do corpo docente, como também pela dinâmica dos Seminários e das disciplinas de Contratação Pública que a Faculdade oferece, incentivando a pesquisa e procurando dotar os alunos de um espírito crítico, tudo isto num ambiente de proximidade docente-aluno.



JOANA ARAGÃO SEIA

/ Licenciada em Direito pela Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

A especialização é cada vez mais exigida para o exercício de uma profissão jurídica.

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Católica disponibiliza **cinco programas de Mestrado diferenciados, orientados para exercício profissional.**

Cada programa oferece um vasto conjunto de cadeiras opcionais, permitindo que os alunos componham o leque de disciplinas da parte letiva de acordo com as suas preferências.

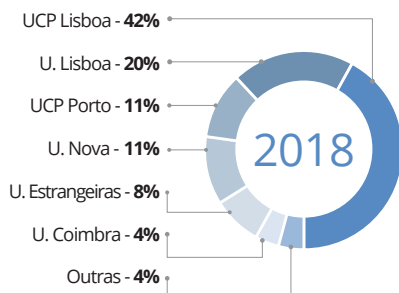
Empregabilidade

Segundo a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, **98% dos alunos** que obtiveram o grau de mestre na **Escola de Lisboa da FD da UCP**, entre os anos de 2015 e 2017, estão empregados.

/ Em 2018, **70%** dos advogados estagiários recrutados detêm um **mestrado, LL.M. ou pós-graduação.***

/ **42%** destes recrutados obtiveram a formação pós-graduada na **Escola de Lisboa da FD da UCP.***

ADVOGADOS ADMITIDOS EM 2018*



* Estudo realizado com as entidades participantes do JobShop em novembro de 2018.

Principais Características

- / Critérios de admissão rigorosos;
- / Métodos de ensino inovadores em que se valoriza fortemente a participação dos alunos no processo de aprendizagem;
- / Elevada exigência imposta ao longo de todo o percurso académico;
- / Corpo docente constituído por professores com elevada experiência académica e prática.

Benefícios

1. O **Gabinete de Carreiras** realiza anualmente o **Jobshop** onde todos os alunos têm contacto privilegiado com futuros recrutadores. Promove, ao longo de todo o ano letivo, iniciativas e atendimento personalizado para que o processo de candidatura a estágios ou emprego decorra com sucesso;

2. **Aprofundamento de competências** fundamentais que não são habitualmente trabalhadas nas Universidades, destacando-se as disciplinas de Práticas Processuais e de Retórica Forense;

3. Realização de um semestre letivo numa Universidade estrangeira através do **Programa de Mobilidade Internacional:**

- / Catholic University of Leuven – Faculty of Law, Bélgica
- / Center for Transnational Legal Studies, London, UK
- / China University of Political Science and Law, Beijing, China
- / EBS Law School, Wiesbaden, Alemanha
- / ESADE Law School - Universitat Ramon Llull, Barcelona, Espanha
- / Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
- / Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
- / IDC Herzliya - Radzyner School of Law, Herzliya, Israel
- / IE Law School, Madrid, Espanha
- / Tilburg University, Tilburg, Holanda
- / Universidad de los Andes, Bogotá, Colombia
- / University of Antwerp, Bélgica
- / University of Fribourg, Suíça
- / University of Maastricht, Holanda
- / University of Oslo, Norway
- / Universidade Pontificia de Comillas, Madrid, Espanha
- / University of Utrecht, Holanda
- / University of Houston, Houston TX, USA
- / University of Iowa, Iowa City, IA, USA
- / Washington University in St. Louis, MO, USA

Informação Geral

CANDIDATURA

Licenciatura em Direito.

A aceitação da candidatura está dependente do perfil académico do candidato.

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- / Boletim de candidatura
- / Carta pessoal de motivação
- / Certificado de habilitações discriminado
- / Curriculum vitae
- / 2 fotografias

HORÁRIO

As aulas decorrerão, habitualmente, de 2ª a 6ª feira.

PROPINAS*

€19,10 por ECTS por mês

1º semestre: 30 ECTS x €19,10
= 5 mensalidades de €573,00

2º semestre: 30 ECTS x €19,10
= 5 mensalidades de €573,00

3º semestre - elaboração do trabalho final: 35 ECTS

= 5 mensalidades de € 340,00

Propina global dos 3 semestres:
€7.430,00

BOLSA DE MÉRITO

O aluno mais bem classificado na parte curricular do Mestrado beneficiará de uma bolsa de mérito cobrindo a propina da dissertação.

Contactos

- / mestradosdireito@fd.lisboa.ucp.pt
- / Telefone 217 214 174

Faculdade de Direito - Escola
de Lisboa
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima,1649-023 LISBOA
www.fd.lisboa.ucp.pt



MESTRADOS DIREITO
2019 | 2020

* Valor em vigor no ano letivo 2019/2020
podendo ser alterado em 2020/2021.